



FÓRUM ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO  
**FEPEG**  
UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas  
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



**24 a 27**  
**setembro**  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

[www.fepeg.unimontes.br](http://www.fepeg.unimontes.br)

## **Análise do Custo da Cesta Básica em Relação ao Salário Mínimo e às Horas de Trabalho em Montes Claros/MG no Período de 1985 – 2012**

João Paulo Augusto Eça, Roney Versiani Sindeaux

### **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo analisar a variação do custo da cesta básica em Montes Claros – MG no período entre 1985 e 2012 bem como sua relação com o salário mínimo e horas trabalhadas. Sendo que será evidenciada a quantidade de horas que precisam ser trabalhadas como também a porcentagem do salário mínimo necessário para aquisição de uma cesta básica

O Decreto-lei 399 [1], de 30 de abril de 1938, trata acerca dos grupos de alimentos bem como quantidades necessárias para um trabalhador adulto consumir para se produzir como força de trabalho, em um período de um mês com as devidas proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo balanceados. Cada região do país possui bens e quantidades diferenciadas.

Sendo a cesta básica composta por itens essenciais na alimentação de uma pessoa, é importante que seu valor não seja demasiadamente alto para que o salário do trabalhador não fique atrelado apenas à alimentação. Dessa forma, impedindo que o mesmo possa ter acesso a outros tipos de bens, o que tornaria a economia mais dinâmica.

A década de 80 e início da década 90 foi marcada por um elevado problema econômico devido à alta inflação, o que teve como consequência uma constante antecipação das demandas por produtos dos supermercados uma vez que os preços eram modificados todos os dias [2]. Ainda segundo os referidos autores a implementação do plano Real, em 1994, permitiu que houvesse uma estabilização na economia mediante a resolução do problema da inflação, o que culminou em um crescimento sustentável ao país.

Segundo o IPEA [3] no ano de 1995 obteve-se indicadores que permitiram examinar a evolução ocorrida após a implementação do plano Real. Ainda segundo o IPEA [3] “considerando os indicadores obtidos um ano depois, fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que uma parcela significativa da população - 3,7 milhões de pessoas - ultrapassasse a linha de pobreza“ [3].

Com a inflação controlada, aqueles trabalhadores que possuem rendimentos que são referenciados pelo salário mínimo passaram a ter um maior poder de compra.

Deve-se levar em consideração, também, o aumento do valor real do salário mínimo que, sobretudo a partir dos anos 2000, proporcionou elevação no poder de compra do trabalhador. Sendo o salário real a dedução da inflação sobre o salário mínimo, a Tabela 1 evidencia a melhora salarial no que diz respeito a valorização do salário mínimo.

Tais fatores possuíram influência direta na relação entre salário mínimo e cesta básica.

Tendo a cesta básica valores diferentes nas diversas cidades do território brasileiro, utilizou-se para esta análise a cidade de Montes Claros/MG.

### **Material e métodos**

O modelo de pesquisa aplicado foi descritiva, segundo GIL [4] “as pesquisas deste tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” No que tange à média do salário mínimo e o Custo Médio da Cesta Básica foi extraído dos dados do IPC-MOC, calculado pelo departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros. Foram realizadas, também, pesquisas bibliográficas artigos, livro e tese de doutorado.

O método foi o estudo de caso, considerando o custo da cesta básica e sua relação com salário mínimo e horas trabalhadas no município de Montes Claros – MG.

### **Resultados**

A análise permite constatar que as horas trabalhadas para aquisição de uma cesta básica diminuíram consideravelmente ao longo dos anos, sendo que em 1985, gastava-se mais da metade das horas de trabalho necessárias para comprar uma cesta básica, em 2012. Em 1990 foi, entre os anos estudados, o que apresentou mais médias de horas trabalhadas para aquisição da cesta básica, gastava-se 200,5 horas. Já em 2012 a média caiu para 79,9 horas (Gráfico 1).

A porcentagem do valor da cesta básica com relação ao salário mínimo também diminuiu, em 2012, um salário mínimo poderia comprar até três cestas básicas, o que difere muito da realidade de 1985, onde um salário mínimo era capaz de comprar apenas uma cesta básica. Ou seja, de acordo com o Gráfico 2, era necessário 73,5% do salário mínimo em 1985 para compra uma cesta básica, já em 2012, 32,7%. Dentre os anos estudados, o ano de 1990 se destaca negativamente, para comprar uma cesta básica no referido ano era necessário 87,5% do salário mínimo.



FÓRUM ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

# FEPPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas  
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



APOIO:



FAPEMIG



FADENOR

24 a 27  
setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

## Considerações Finais

A cesta básica é composta por alimentos considerados essenciais para a sobrevivência de uma pessoa adulta, dessa forma o seu custo possui influência direta na vida do trabalhador.

A análise ilustra a melhoria das condições do trabalhador no que diz respeito à aquisição de uma cesta básica. Como pode ser observado anteriormente, houve uma considerável evolução do ano de 1985 a 2012, fazendo com que o valor da cesta básica diminuísse sua parcela participativa do valor de um salário mínimo. Faz-se importante reiterar que o controle da inflação com o plano Real também contribuiu para este resultado.

Outro fator propiciador da referida melhora de condições se deu pela elevação do valor real do salário mínimo, que a partir dos anos 2000 cresceu sempre acima da inflação, proporcionando ganhos reais ao trabalhador e assim contribuindo para uma menor participação do valor da cesta básica em seu salário.

Nota-se que o poder de compra do trabalhador passou por um aumento durante o período estudado, sendo que seu salário deixou de ser altamente atrelado à alimentação, podendo, o trabalhador, almejar a aquisição de outros tipos de bens, tornando a economia mais dinâmica.

## Referências

- [1] BRASIL, Decreto-Lei nº 399, de 30 de Abril de 1938, Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as **Comissões de Salário Mínimo**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República
- [2] SANTOS, Daniel Ferreira; SANTOS, Ronaldo Ferreira; SIQUEIRA, Rodrigues Felipe; CORREA, Michael Dias; ANTONOVZ, Tatiane. **Os Impactos Da Cesta Básica No Salário Mínimo Nacional Em Curitiba Entre 2000 E 2010**. Revista Organização Sistêmica | vol.4 n.2 | jul/dez 2013
- [3] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para Discussão N° 439 Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real**. Rio de Janeiro, dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3628](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3628) Acesso em Julho de 2014
- [4] GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- [5] SINDEAUX, Roney Versiani. **Mercado de trabalho e controle do processo de Trabalho na indústria no Norte de Minas**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2012.
- [6] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índices de Preços ao Consumidor - IPCA e INPC**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201407\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201407_1.shtm) Acesso em Agosto de 2014.
- [7] MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Evolução do Salário Mínimo - Legislação 1940 – 2014**. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/](http://portal.mte.gov.br/sal_min/) Acesso em Agosto de 2014



# FÓRUM FEPEG

ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



**24 a 27**  
**setembro**

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

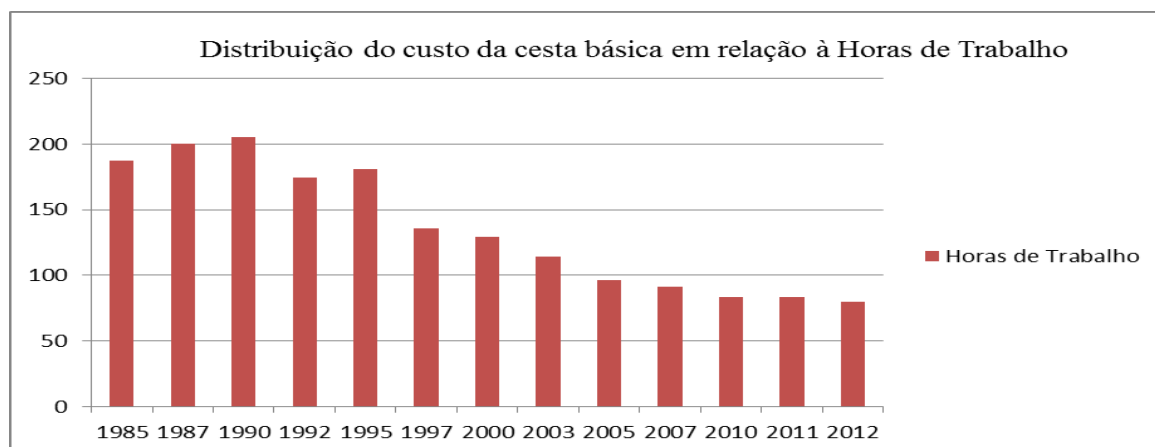
[www.fepeg.unimontes.br](http://www.fepeg.unimontes.br)

**Tabela 1** – Variação do Salário mínimo, Salário Mínimo Real e IPCA entre 1995 - 2012

Ano	1995	1997	2000	2003	2005	2007	2010	2011	2012
Porcentagem de aumento do salário mínimo	42,86%	7,14%	11,03%	20,00%	15,38%	8,57%	9,68%	6,86%	14,13%
IPCA	22,41%	5,22%	5,97%	9,30%	5,69%	4,46%	5,91%	6,50%	5,84%
Aumento Real do Salário Mínimo	20,45%	1,92%	5,06%	10,70%	9,69%	4,11%	3,77%	0,36%	8,29%

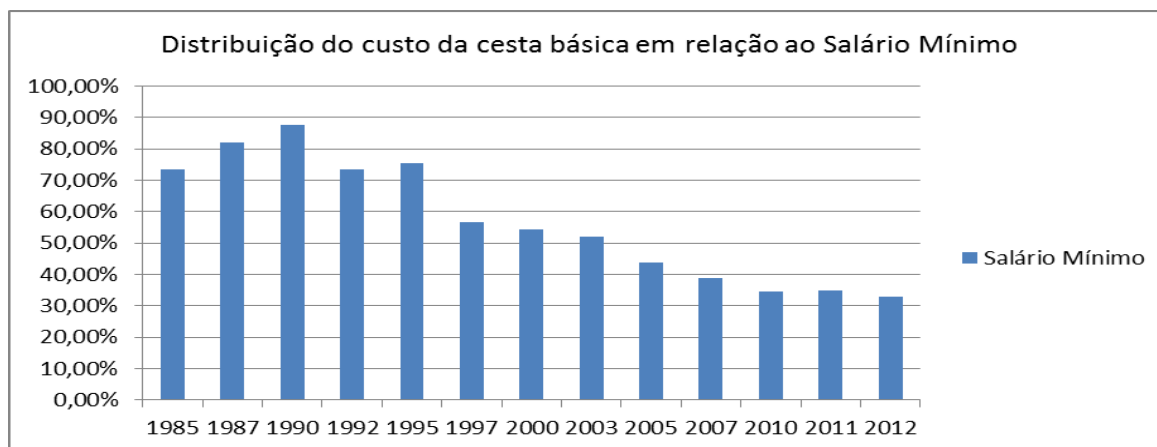
Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) [6, 7].

**Gráfico 1**



Fonte: De 1985 a 2010, [5]. De 2011 a 2012, elaboração própria a partir de dados do IPC-MOC. Relatórios jan/2011-dez/2012

**Gráfico 2**





**FÓRUM** ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

# FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:  
**Unimontes**  
Universidade Estadual de Montes Claros

APOIO:  
**FAPEMIG**

**FADENOR**

**24 a 27**  
**setembro**  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

[www.fepeg.unimontes.br](http://www.fepeg.unimontes.br)

Fonte: De 1985 a 2010, [5]. De 2011 a 2012, elaboração própria a partir de dados do IPC-MOC. Relatórios jan/2011-dez/2012